



Concurso Público para Provimento de Vagas para Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (TAE'S) do IFPE

EDITAL Nº 39/2025 - REI/IFPE

# TAE CONCURSO PÚBLICO

## TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO



## Caderno de Provas

**TAE  
304**

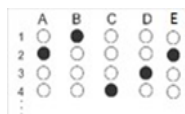
**ASSISTENTE SOCIAL**

**Editais Nº 039/2025 – REI/IFPE**

**Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

### INSTRUÇÕES GERAIS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- Use apenas caneta esferográfica de tinta na cor preta e fabricada em material transparente.
- Escreva a data, a sua assinatura e o seu número de inscrição no espaço indicado nesta capa.
- A prova terá duração máxima de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo para responder a todas as questões do **Caderno de Provas** e preencher a **Folha de Respostas**.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a **Folha de Respostas** e o **Caderno de Provas** ao fiscal.
- Este **Caderno de Provas** contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas, das quais apenas 01 (uma é correta).
- Se o **Caderno de Provas** contiver alguma imperfeição gráfica que impeça a leitura, comunique isso imediatamente ao Fiscal, para que seja efetuada de imediato a troca do Caderno.
- Cada questão de múltipla escolha apresenta apenas **uma** resposta correta. Para a marcação da alternativa escolhida na **Folha de Respostas**, pinte completamente o campo correspondente conforme a figura a seguir:



- Os rascunhos e as marcações feitas neste **Caderno de Provas** não serão considerados para efeito de avaliação.
- Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não é permitido solicitar esclarecimentos aos Fiscais.
- O preenchimento da **Folha de Respostas** é de sua inteira responsabilidade.
- A quantidade de questões objetivas e respectivas pontuações desta prova estão apresentadas a seguir:

Área de conhecimento da questão	Número de questões	Valor total Pontos
Língua Portuguesa	10 questões	10 pontos
Noções de Informática	05 questões	05 pontos
Legislação Aplicada	10 questões	20 pontos
Integridade	05 questões	05 pontos
Conhecimentos Específicos	20 questões	60 pontos
<b>PONTUAÇÃO TOTAL</b>		<b>100 pontos</b>

ASSINATURA DO CANDIDATO:

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

## LÍNGUA PORTUGUESA

As questões de 01 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

### A educação e a formação já dançaram?

*Dirce Waltrick do Amarante e Fedra Rodríguez*

Um jovem no primeiro ano do ensino médio é um aluno exemplar. Certo dia, ao se levantar para receber a nota máxima na feira de ciências de sua escola, ouve, entre assobios e vaias, diversos comentários. Até que uma das agressões verbais se torna o “grito de guerra” dos colegas: “Vai ser CLT! Vai ser CLT!”. Deram-lhe a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de colocar-lhe a pecha de fracassado. O apreço pelo estudo é um sinal claro de falta de ambição e incapacidade de faturar milhões – e, portanto, de “ter sucesso” na vida – para essa multidão berrante. Certamente, é um “crime” que merece tamanha punição, claro.

Cenas semelhantes, embora não tenham acontecido exatamente da forma como a ficção contada aqui, já são um fato corriqueiro entre crianças, adolescentes e jovens do Brasil. Por si só, esse dado já seria de extrema preocupação, revelando o desprezo das novas gerações – doutrinadas pelo panorama contemporâneo – pelo modelo de trabalho que garante o sustento de milhões de brasileiros. Mas o problema, neste caldo de tigrinhos, dancinhas, jogadores que não jogam nem declaram impostos e que estão bilionários, é justamente o trabalho. O trabalho, da forma como até pouco tempo o concebíamos, se tornou sinônimo de burrice, por conseguinte, o conhecimento e a responsabilidade também. E não, não culpemos esses jovens, supostamente de “cabeça fraca”, como já ouvimos de nossos pais e eles de nossos avós. A crise civilizatória de nosso tempo é feita de uma miríade de “subcrises”, inclusive éticas e intelectuais, que envolvem e repercutem em diversas camadas sociais.

Os mais novos, em formação, revelam o contexto complexo em que estamos imersos e reagem a ele com a prontidão e a insensatez típicas da juventude. Porém, na era das big techs megalomaniacas, dos coaches de soluções milagrosas e das celebridades instantâneas, a insensatez não é mais uma prerrogativa juvenil, embora as atitudes observadas entre indivíduos da geração alpha sejam os sintomas mais emblemáticos.

De acordo com o Inep, entre 2013 e 2023, houve uma queda de 45,6% de inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Um declínio que se acentuou com os anos de pandemia e com a crescente febre de influencers e de investidores mágicos que dão inveja a Houdini. A desvalorização do ensino superior – refletido no desmonte das universidades – e do modelo convencional de trabalho, a ameaça da inteligência artificial aos atuais postos de emprego e o incentivo ao lucro rápido tiveram peso considerável para que alcançássemos esse resultado.

Um fato curioso ajuda a corroborar esta análise: as páginas de grandes universidades brasileiras nas mídias sociais têm menos seguidores do que as páginas de influenciadores digitais. Vejamos, por exemplo, três instituições de diferentes estados: no Instagram, a página da USP, uma das maiores e mais bem conceituadas da América Latina, tem 421 mil seguidores; a de outra grande universidade brasileira, a PUC/RIO tem minguados 18.700; já a da UFSC tem apenas 154 mil seguidores. O número de seguidores dessas três instituições de ensino juntas é menor do que o número de seguidores de uma influenciadora como Virgínia Fonseca (a que chupou o microfone do Senado), que tem 56 milhões. A PUC/RIO consegue ter menos seguidores do que a influenciadora mirim Vicky Justus, que começou ontem na “profissão”, mas já é seguida por 125 mil pessoas. Se compararmos a Carlinhos Maia, com seus 35,6 milhões de fãs de Instagram, a situação se torna vexatória.

Há, é claro, todo tipo de influenciador digital. Alguns promovem grandes debates e reflexões, outros dançam, cantam e perguntam para os seguidores que roupa devem vestir. Aqueles que promovem o debate contribuem para a sociedade e também para as universidades, pois acabam remetendo a elas ou são, muitas vezes, frutos delas. Esse é o caso, por exemplo, de Rita von Huntly, nome artístico de Guilherme Terreri Lima Pereira, Bacharel em atuação cênica pela UNIRIO, e em literatura inglesa pela USP.

Mas e os outros influenciadores? Como é possível explicar que aqueles que dançam ou compartilham seu dia a dia, geralmente bastante glamourosos, consigam chamar mais atenção do que uma instituição de ensino com cursos e saberes variados?

Vilém Flusser, o pensador checo-brasileiro, talvez explique o fenômeno no livro *A filosofia da Caixa Preta*, publicado em 1985. Com um olhar muito à frente de seu tempo, Flusser reflete sobre o poder das imagens

técnicas, ou seja, daquelas produzidas por aparelhos, em contraponto às imagens tradicionais. Enquanto “as imagens tradicionais imaginam o mundo”, as imagens técnicas, de “carácter aparentemente não-simbólico, objetivo”, fazem com que “seu observador as olhe como se fossem janelas e não imagens. O observador confia nas imagens técnicas tanto quanto confia em seus próprios olhos”. A função por trás das imagens técnicas, de acordo com Flusser, seria então a de “emancipar a sociedade da necessidade de pensar conceitualmente”.

Dos anos 1980 até os dias de hoje, houve uma proliferação de imagens técnicas, que culmina agora na chegada das imagens produzidas pelas inteligências artificiais. Ao longo dessas últimas décadas, a “liberdade” de não precisar pensar conceitualmente, parece ter provocado uma onda de comodismo ou preguiça, que levou à perda do senso crítico. Desse modo, as pessoas passaram a confiar cada vez mais nessas imagens, sem colocá-las em xeque, ou melhor, sem considerar que elas devem, como qualquer imagem, “ser decifradas por quem deseja captar-lhe o significado”, como alerta Flusser. Segundo o pensador, aliás, “decifrá-las é reconstituir os textos que tais imagens significam. Quando as imagens técnicas são corretamente decifradas, surge o mundo conceitual como sendo o seu universo de significado”. Portanto, quando se contempla uma imagem técnica, como diz Flusser, o que vemos, na verdade, “não é ‘o mundo’, mas determinados conceitos relativos ao mundo, a despeito da automaticidade da impressão do mundo sobre a superfície da imagem”.

As redes sociais estão inundadas de imagens técnicas. Os influenciadores abusam delas, talvez não tão ingenuamente quanto se pensa. Eles parecem confiar na “magia” que elas provocam nos seguidores. A respeito dessa magia, ou “nova magia”, como afirma Flusser, ela não tem a ver com ideia de elaboração de um mito, mas com a simples ritualização de um programa que não tem por objetivo “modificar o mundo lá fora”, mas criar “seus receptores para um comportamento mágico programado”. Em um efeito manada, influenciadores angariam novos “receptores” programados, que se encantam com aquilo que lhes é oferecido como verdade e possibilidade.

Os influenciadores entenderam como lidar com as imagens técnicas e manipular seus seguidores, cooptando cada vez mais deles. As universidades, ao contrário, em vez de angariar mais seguidores, parecem cada vez mais encantadas com as imagens técnicas, principalmente depois das IAs, e com a sua revolução que, como disse Flusser nos anos 1980, tomou rumo diferente: as imagens técnicas “não tornam visível o conhecimento científico, mas o falseiam; não reintroduzem as imagens tradicionais, mas as substituem; não tornam visível a magia subliminar, mas a substituem por outra. Nesse sentido, as imagens técnicas passam a ser ‘falsas’, ‘feias’ e ‘ruins’, além de não terem sido capazes de reunificar a cultura, mas apenas de fundir a sociedade em massa amorfa”.

Como introduzir nas imagens técnicas a magia da busca pelo conhecimento se “ter” é melhor do que “ser” e até mesmo “estar”? Como reprogramar seus observadores para que ponham em xeque o que veem?

Nesse momento, nos vem à mente uma tirinha da pequena intelectual Mafalda, criação do argentino Quino. Em um diálogo com Susanita – epítome da frivolidade –, Mafalda confessa que, quando crescer, quer “ter cultura”. Susanita, por sua vez, declara que prefere vestidos e então provoca: “Se sair na rua sem cultura, você é presa?”. Mafalda responde que não. E Susanita, triunfante, finaliza: “Experimente sair na rua sem vestidos”. Como Mafalda, acabamos admitindo — ainda que com revolta — que Susanita tem razão. Em 2025, experimente dizer que é CLT.

Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/>. Acesso em: 02 set. 2025.

1. De forma global, o texto objetiva

- A) narrar acontecimentos evidenciadores da complexidade da relação das novas gerações com o mercado de trabalho.
- B) descrever situações caracterizadoras da relação conflituosa das novas gerações com o mercado de trabalho.
- C) construir um posicionamento acerca da relação das novas gerações com a exigência social da obtenção de um diploma universitário.
- D) narrar e descrever acontecimentos caracterizadores da visão acrítica das novas gerações em relação ao trabalho formal.
- E) construir um posicionamento acerca da visão das novas gerações em relação ao trabalho e à educação formais.

2. De acordo com as autoras, o problema tematizado no texto
- A) decorre da formação familiar dada aos jovens.
  - B) resulta das falhas do sistema educacional brasileiro.
  - C) ratifica o quão nocivos são os influenciadores digitais.
  - D) ratifica o quão nocivas são as inovações tecnológicas.
  - E) resulta de uma crise da própria humanidade.
3. Os quatro primeiros períodos do primeiro parágrafo apresentam características predominantes do tipo
- A) descritivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
  - B) injuntivo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
  - C) narrativo, e este é o tipo predominante no texto.
  - D) descritivo, e este é o tipo predominante no texto.
  - E) narrativo, embora este não seja o tipo predominante no texto.
4. Sobre as diferentes vozes presentes no texto, é correto afirmar que
- A) à voz das autoras juntam-se outras vozes que fortalecem a discussão.
  - B) à voz das autoras juntam-se outras vozes em uma relação de discordância.
  - C) a voz de Flusser enfraquece a visão trazida pelos dados do Inep.
  - D) a citação do texto de Quino serve tão somente para imprimir leveza à discussão.
  - E) as citações de Flusser e do texto de Quino apresentam posições divergentes entre si.
5. As autoras recorrem ao recurso da ironia
- A) no último período do segundo parágrafo.
  - B) no último período do primeiro parágrafo.
  - C) no primeiro período do quinto parágrafo.
  - D) no primeiro período do último parágrafo.
  - E) no último período do oitavo parágrafo.
6. As aspas, ao longo do texto, são empregadas
- A) com a mesma função.
  - B) para indicar tão somente ironia.
  - C) com funções distintas.
  - D) para indicar tão somente citação.
  - E) para indicar tão somente neologismos.
7. Leia o período reproduzido a seguir. Considere o contexto linguístico no qual esse período está inserido.

**Deram-lhe** a pena máxima, a predição de um futuro de miséria, além de **colocar-lhe** a pecha de fracassado.

As palavras em destaque foram empregadas com função coesiva

- A) anafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em número com o referente.
- B) catafórica, funcionam como objeto direto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- C) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em gênero e número com o referente.
- D) anafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.
- E) catafórica, funcionam como objeto indireto e devem concordar em número com o referente.

8. Em algumas afirmações, as autoras fazem uso da estratégia persuasiva da modalização da linguagem. Essa estratégia está linguisticamente marcada no
- A) segundo período do décimo parágrafo, por meio do uso de um advérbio.
  - B) primeiro período do sexto parágrafo, por meio do uso do verbo haver.
  - C) primeiro período do décimo primeiro parágrafo, por meio do uso de verbos no infinitivo.
  - D) primeiro período do segundo parágrafo, por meio do uso da conjunção concessiva “embora”.
  - E) segundo período do quinto parágrafo, por meio do uso da expressão “por exemplo”.
9. Os dois períodos que compõem o terceiro parágrafo estão interligados por uma palavra sinalizadora de relação sintático-semântica de
- A) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
  - B) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “portanto”.
  - C) oposição e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “entretanto”.
  - D) conclusão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “no entanto”.
  - E) concessão e poderia ser substituída, sem alteração de sentido, por “conquanto”.
10. Há, no texto, quatro ocorrências de uso da palavra **até**. Sobre essas ocorrências, é correto afirmar:
- A) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
  - B) no nono parágrafo, a palavra **até** apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
  - C) no segundo parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação temporal e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **no mínimo**, sem alteração de sentido.
  - D) no décimo segundo parágrafo, ao combinar-se com a palavra “mesmo”, a palavra **até** apresenta valor argumentativo e, por isso, a expressão **até mesmo** poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.
  - E) no primeiro parágrafo, a palavra **até** não apresenta valor argumentativo, uma vez que denota delimitação espacial e, por isso, a expressão poderia ser substituída por **inclusive**, sem alteração de sentido.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. No gerenciamento de arquivos no sistema operacional Windows, cada arquivo possui um sufixo que identifica o seu tipo, conhecido como extensão. Sobre esse assunto, é correto afirmar:
- A) arquivos de texto simples geralmente utilizam a extensão .txt.
  - B) arquivos de planilhas do Microsoft Excel utilizam a extensão .docx.
  - C) arquivos de documentos do Microsoft Word utilizam a extensão .pptx.
  - D) arquivos compactados em formato ZIP aparecem sempre com a extensão .rar.
  - E) arquivos de apresentação do Power Point utilizam a extensão .xls.

12. Uma das preocupações dos usuários na era digital é a preservação dos seus dados. Para isso é necessário utilizar-se de *backups*. Sobre estratégias de *backups*, é correto afirmar que o *backup*
- A) incremental salva, a cada execução, todos os arquivos do sistema, independentemente de terem sido modificados ou não.
  - B) diferencial realiza a cópia de todos os arquivos que foram alterados ou adicionados desde a última execução de um *backup* completo.
  - C) completo armazena apenas os arquivos que foram criados ou modificados desde a última cópia de segurança, seja ela total ou incremental.
  - D) incremental realiza a cópia integral de todos os arquivos do computador em cada execução.
  - E) espelhado distribui os arquivos de forma criptografada em vários locais, sendo a estratégia mais comum em sistemas domésticos.
13. Os navegadores de Internet são programas fundamentais para acessar a Web. Entre os recursos disponíveis nesses navegadores, destaca-se o modo de navegação anônima (ou privativa), que quando ativado pelo usuário
- A) Impede totalmente que o provedor de Internet, sites visitados ou administradores de rede rastreiem a navegação do usuário.
  - B) provoca o bloqueio automático de todos os anúncios e pop-ups durante a navegação.
  - C) impede o salvamento do histórico e arquivos temporários depois que o navegador for fechado.
  - D) permite que a navegação na Internet seja mais rápida, pois aumenta a velocidade de conexão.
  - E) protege a navegação contra vírus e malwares, funcionando como um antivírus integrado ao navegador.
14. Em planilhas eletrônicas, como Microsoft Excel ou LibreOffice Calc, é possível aplicar Formatação Condicional. Esse recurso permite
- A) alterar automaticamente os valores das células de acordo com critérios definidos pelo usuário.
  - B) modificar automaticamente a aparência de uma célula com base em condições, como destacar em vermelho valores abaixo de uma meta.
  - C) validar a entrada de dados nas células, permitindo apenas valores que atendam a critérios definidos.
  - D) bloquear células de uma planilha, condicionando sua formatação a inserção de uma senha escolhida pelo usuário.
  - E) importar dados de fontes externas, caso o conteúdo inserido coincida com critérios previamente definidos.
15. Em uma planilha eletrônica, uma empresa deseja calcular a média de vendas apenas dos vendedores que atingiram valor superior a R\$ 3.500,00 no mês. Para isso, foi criada uma coluna com os valores de venda (células B2:B11). Sendo assim, a fórmula que deve ser utilizada para realizar esse cálculo é:
- A) = **MÉDIA (B2 : B11 > 3500)** , pois retorna a média somente dos valores acima de 3500.
  - B) = **SE (B2 : B11 > 3500 ; MÉDIA (B2 : B11) ; "" )** , já que o SE filtra os valores antes de calcular a média.
  - C) = **MÉDIASE (B2 : B11 ; ">3500" )** , pois calcula diretamente a média, considerando apenas as células que atendem ao critério.
  - D) = **SEERRO (MÉDIA (B2 : B11) ; 0)** , garantindo que valores incorretos sejam ignorados.
  - E) = **SOMA (B2 : B11) / CONT. SE (B2 : B11 ; ">3500" )** , dividindo o total pela quantidade de vendedores que atingiram o critério.

**LEGISLAÇÃO APLICADA**

16. O poder de polícia da Administração, que permite restringir direitos individuais em prol do interesse coletivo (ex: fiscalização sanitária, controle de edificações), tem como fundamento direto o princípio da
- A) supremacia do interesse público.
  - B) eficiência.
  - C) autotutela.
  - D) indisponibilidade do interesse público.
  - E) legalidade.
17. Um gestor público, diante de uma situação de alta complexidade técnica e econômica, baseia sua decisão, exclusivamente, em um parecer técnico-científico, elaborado por um perito de notório saber, que posteriormente se revela equivocado, causando prejuízos à Administração. Nos termos do Decreto nº 9.830/2019, a responsabilização pessoal do gestor
- A) depende da comprovação de que ele obteve alguma vantagem pessoal com a decisão, caracterizando dolo.
  - B) é objetiva e solidária com a do parecerista, pois o gestor tem o dever de decidir e assume integralmente o risco de sua decisão.
  - C) fica condicionada à condenação prévia do parecerista na esfera cível ou profissional.
  - D) é automática, pois a ele compete a decisão final, sendo o parecer um mero subsídio não vinculante.
  - E) poderá ser afastada se ele demonstrar que não dispunha de conhecimentos técnicos para questionar o mérito do parecer e que o perito foi escolhido com base em critérios objetivos.
18. De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a aplicação das sanções por ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário independe da
- A) ocorrência de dano ao patrimônio público.
  - B) comprovação do dolo específico do agente.
  - C) individualização da conduta do agente na prática do ato.
  - D) aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo tribunal ou conselho de contas.
  - E) absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
19. O desenvolvimento do servidor na carreira dos Técnico-Administrativos em Educação ocorre por meio de dois mecanismos:
- A) a readaptação e a recondução.
  - B) a progressão por capacitação profissional e a progressão por mérito profissional.
  - C) a avaliação de desempenho a cada dois anos e a promoção por merecimento.
  - D) o incentivo à qualificação e o adicional por tempo de serviço.
  - E) a promoção por antiguidade e a promoção por merecimento.
20. A Lei nº 11.892/2008 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais. A respeito da natureza e das disposições legais aplicáveis a essas instituições, é correto afirmar que esses Institutos
- A) são órgãos administrativos subordinados ao Ministério da Educação.
  - B) podem ministrar educação profissional técnica de nível médio, sendo vedada a de nível superior.
  - C) terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 Reitor, 1 Vice-Reitor e 7 Pró-Reitores.
  - D) são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi.
  - E) serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 4 anos, permitida reconduções.

21. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), a vedação à acumulação remunerada de cargos públicos (Art. 37, inciso XVI, Constituição Federal)

- A) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de um novo cargo na ativa só é permitida se os cargos fossem acumuláveis na atividade.
- B) aplica-se a um servidor aposentado, contudo, considerando os valores dos proventos da aposentadoria e da remuneração do novo cargo, ele deverá receber o que for de maior valor, não podendo receber ambos.
- C) não se aplica a um servidor aposentado, pois a vedação constitucional só se aplica a servidores da ativa, e a Constituição Federal é silente sobre os aposentados.
- D) aplica-se a um servidor aposentado, pois a acumulação é vedada em todos os casos, exceto se a aposentadoria tiver ocorrido por invalidez.
- E) não se aplica a um servidor aposentado, pois uma vez aposentado, o vínculo com o serviço público se encerra, podendo o indivíduo assumir qualquer outro cargo público sem restrições, considerando o princípio da liberdade profissional.

22. Considere o excerto abaixo.

“Novidade da Constituição de 1988 — distanciando-se das cartas passadas, que não disciplinavam a matéria como agora, o art. 4º listou, de forma sistemática e categórica, os princípios regentes das relações exteriores do Brasil. A matéria e a forma do preceito, adotados pela Assembleia Nacional Constituinte, derivaram do art. 26 do Anteprojeto da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. E, ao erigir os incisos do art. 4º ao posto de princípios regentes da República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, o constituinte prescreveu vetores que repercutem na própria ordem jurídica interna.”.

(BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de direito constitucional**. 16. ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023, p. 398).

Sobre os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais, destaca-se

- A) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- B) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- C) a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- D) a dignidade da pessoa humana.
- E) a soberania.

23. Leia o excerto abaixo.

“O Direito Administrativo é o ramo do direito público que trata de princípios e regras que disciplinam a função administrativa e que abrange entes, órgãos, agentes e atividades desempenhadas pela Administração Pública na consecução do interesse público”.

(NOHARA, Irene Patrícia Diom. **Direito Administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2025, p. 2”).

Em relação à temática do Direito Administrativo,

- A) o cargo de vereador é classificado como um servidor público.
- B) a nomeação de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é um exemplo de ato administrativo simples.
- C) a imperatividade é um dos atributos que caracteriza o ato administrativo.
- D) o decreto regulamentar tem natureza jurídica de um ato administrativo enunciativo.
- E) a revogação é uma técnica utilizada para anular o ato administrativo por vício de legalidade.

24. O servidor público federal pode ser removido,
- A) a pedido, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar.
  - B) a pedido, a critério da Administração Pública, por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente.
  - C) a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração Pública em virtude de processo seletivo.
  - D) de ofício, no interesse da Administração Pública, para acompanhar cônjuge que foi deslocado no interesse da Administração.
  - E) de ofício, a critério da Administração Pública, em virtude de processo seletivo promovido ou para acompanhar cônjuge.
25. Sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), concurso e servidor público federal, é correto o entendimento de que
- A) a pensão por morte de servidor público federal pode ser concedida ao filho inválido de qualquer idade, mesmo que a invalidez seja posterior ao óbito.
  - B) a portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.
  - C) a exigência de diploma de nível médio técnico em concurso não pode ser suprida por diploma de nível superior na mesma área de atuação.
  - D) o diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na inscrição para o concurso público.
  - E) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar causa nulidade do processo.

## INTEGRIDADE

26. O Decreto nº 11.529/2023 define conceitos relacionados ao Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação. Com base na referida Norma, transparência passiva é a(o)
- A) publicação proativa de informações nos portais de transparência das instituições públicas, sem necessidade de solicitação.
  - B) comunicação interna entre órgãos e entidades da Administração Pública para compartilhamento de dados estratégicos.
  - C) divulgação de informações somente quando autorizada por autoridade superior, em casos excepcionais e devidamente justificada, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação.
  - D) disponibilização de informações públicas mediante atendimento a pedidos apresentados por qualquer interessado, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação.
  - E) direito de acesso a informações garantido a servidores públicos no exercício de suas funções.

27. O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº 1.171/1994) prevê regras específicas quanto à composição das Comissões de Ética nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. De acordo com o referido Decreto, a Comissão de Ética deve ser integrada por
- A) cinco membros eleitos entre todos os servidores da instituição, com a relação dos respectivos titulares e suplentes.
  - B) três membros titulares, escolhidos pela autoridade máxima do órgão, a partir de indicações realizadas pelo sindicato.
  - C) um servidor efetivo, um comissionado e um representante sindical, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
  - D) cinco servidores, dos quais três efetivos e dois temporários, com a indicação dos respectivos membros titulares e suplentes.
  - E) três membros titulares com respectivos suplentes, indicados entre servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.
28. O Decreto Federal nº 12.122/2024 e a Portaria MGI nº 6.719/2024 adotam a transversalidade como diretriz na prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação. De acordo com esses normativos, a transversalidade significa que
- A) a responsabilidade pelos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação recai sobre as chefias imediatas, as áreas de gestão de pessoas e a autoridade máxima do órgão.
  - B) as políticas de prevenção ao assédio e discriminação devem assegurar a capacitação e a realização de treinamentos para todos os servidores públicos, independentemente do cargo ou função exercidos.
  - C) cada unidade administrativa possui autonomia plena para adotar medidas próprias, independentemente das diretrizes estabelecidas pela Justiça ou pelos órgãos de controle internos ou externos.
  - D) a abordagem das situações de assédio e discriminação deverá levar em conta sua relação com a organização, a gestão do trabalho e suas dimensões sociocultural, institucional e individual.
  - E) a proteção das identidades de todas as partes envolvidas, incluindo testemunhas, no tratamento dos casos de assédio moral, assédio sexual e discriminação, é a principal diretriz a ser observada.
29. No âmbito de um processo de planejamento institucional, o IFPE aplicou um questionário aos estudantes solicitando: nome completo, estado civil, número do CPF, histórico de saúde, origem racial, convicção religiosa e dados bancários. Conforme o inciso II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), são considerados dados pessoais sensíveis as informações que dizem respeito a:
- A) histórico de saúde, origem racial e convicção religiosa.
  - B) origem racial, estado civil e número do CPF.
  - C) dados bancários, número do CPF e convicção religiosa.
  - D) histórico de saúde, origem racial e dados bancários.
  - E) estado civil, convicção religiosa e dados bancários.
30. O Decreto nº 9.203/2017 estabelece princípios que orientam a governança pública. Analise as opções a seguir e assinale a que apresenta apenas princípios previstos no art. 3º do Decreto.
- A) Eficiência, moralidade, capacidade de resposta e transparência.
  - B) Legalidade, confiabilidade, sustentabilidade e prestação de contas.
  - C) Capacidade de resposta, publicidade, melhoria regulatória e legalidade.
  - D) Impessoalidade, capacidade de resposta, sustentabilidade e confiabilidade.
  - E) Integridade, confiabilidade, prestação de contas e responsabilidade.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, materializado no Código de Ética (1993) da categoria, articula dimensões indissociáveis que estruturam a profissão. São elas:
- A) ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa.
  - B) ético-política, teórico-operacional e técnico-metodológica.
  - C) ética-ideológica, teórica-operativa e técnico-metodológica.
  - D) ética-ideológica, teórico-metodológica e técnico-operativa.
  - E) ético-política, teórico-crítica e técnico-operativa.
32. A Lei nº 14.723, de 2023, altera a Lei nº 12.711, de 2012, em relação às ações afirmativas de acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio para estudantes pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência, bem como para aqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Entre as principais alterações do dispositivo legal, destaca-se a redefinição do critério de renda familiar para acesso às cotas sociais, que ficou definido como
- A) renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo per capita.
  - B) renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo nacional.
  - C) renda igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional.
  - D) renda igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário mínimo per capita.
  - E) renda igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo per capita.
33. São objetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conforme estabelece a Lei nº 14.914/2024:
- A) democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; e estimular as iniciativas de formação, inovação e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.
  - B) democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; apoiar estudantes estrangeiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; e estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.
  - C) democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; apoiar estudantes brasileiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; e estimular as iniciativas de formação, extensão e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.
  - D) democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; apoiar estudantes brasileiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; e estimular as iniciativas de formação, ensino e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.
  - E) democratizar e garantir as condições de permanência de estudantes na educação pública federal; apoiar estudantes brasileiros da educação superior recebidos no âmbito de acordos de cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e outros países; e estimular as iniciativas de formação, inovação e pesquisa específicas para a área de assistência estudantil.

34. A Lei nº13.935, de 2019, dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica por meio de equipes multiprofissionais. Nesse sentido, a atuação do serviço social, no contexto das redes públicas de Educação Básica, deve
- A) atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, considerando o projeto ético-político do serviço social, projeto político-pedagógico das instituições no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sem a participação da comunidade escolar.
  - B) atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, considerando o projeto ético-político do serviço social, projeto político-pedagógico das instituições no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação docente.
  - C) atender às necessidades e prioridades definidas pela gestão e equipe multiprofissional, considerando o projeto ético-político do serviço social, projeto político-pedagógico das instituições no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar.
  - D) atender às necessidades e prioridades definidas pela gestão e equipe multiprofissional, considerando o projeto ético-político do serviço social, projeto político-pedagógico das instituições no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, sem a participação da comunidade escolar.
  - E) atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, considerando o projeto ético-político do serviço social, projeto político-pedagógico das instituições no desenvolvimento de ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar.
35. O processo de desenvolvimento do Serviço Social no Brasil, apresenta diferentes perspectivas de atuação profissional, cada uma fundamentada em distintas matrizes teórico-metodológicas e procedimentos práticos. Nesse sentido, é correto afirmar que a perspectiva
- A) modernizadora adequa o instrumental técnico e operacional da profissão como estratégia de desenvolvimento anticapitalista, sendo impulsionada pelos seminários de Araxá e Teresópolis.
  - B) de intenção de ruptura fundamenta-se na crítica sistemática aos paradigmas conservadores a partir da tradição marxista e formula o Método BH.
  - C) modernizadora adequa o instrumental técnico e operacional da profissão como estratégia de desenvolvimento capitalista, sendo impulsionada pelos seminários de Belo Horizonte e Teresópolis.
  - D) de atualização modernizadora fundamentava-se na fenomenologia e na psicologia, enfatizando as dimensões da subjetividade para respaldar o exercício profissional.
  - E) de intenção de ruptura fundamenta-se na crítica sistemática aos paradigmas conservadores a partir da tradição marxista e formula o Método de Araxá.
36. As políticas sociais vêm sofrendo uma ofensiva capitalista em sua permanente busca por superlucros, associada à crescente predominância de posicionamentos conservadores que atingem o trabalho dos(as) Assistentes Sociais. Considerando esse cenário, o desafio é, justamente, buscar alternativas para ampliar o acesso aos direitos, combatendo
- A) Renovação, focalização e privatização das políticas sociais.
  - B) Descentralização, participação e controle social das políticas sociais.
  - C) Mercantilização, universalização e privatização das políticas sociais.
  - D) Participação, universalização e publicização das políticas sociais.
  - E) Mercantilização, focalização e privatização das políticas sociais.

37. O trabalho do (a) Assistente Social deve ser compreendido de forma indissociável dos dilemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores(as) e suas lutas. Nesse sentido, assinale a opção que apresenta corretamente um dos desafios da agenda profissional do Serviço Social
- A) a incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho e as respostas profissionais acionadas para fazer frente às expressões da questão social no serviço público — maior espaço ocupacional do (a) Assistente Social na sociedade brasileira.
  - B) a incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho no serviço público e as respostas profissionais acionadas para fazer frente às expressões da questão social no maior espaço ocupacional do (a) Assistente Social na sociedade brasileira.
  - C) a incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho e as respostas profissionais acionadas para fazer frente às expressões da questão social nos diferenciados espaços ocupacionais do (a) Assistente Social na sociedade brasileira.
  - D) a incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as expressões da questão social e as condições de trabalho na esfera privada — um dos maiores empregadores da categoria no Brasil.
  - E) a incorporação da teoria social crítica no universo da profissão aliada à acurada pesquisa sobre as condições de trabalho no terceiro setor e as respostas profissionais acionadas para fazer frente à questão social no maior espaço ocupacional do (a) Assistente Social na sociedade brasileira.
38. O trabalho do(a) Assistente Social no campo da saúde está fundamentado em princípios éticos e legais que reconhecem a saúde como um direito social e como resultado das condições de vida da população. A Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) afirmam que a saúde não se restringe à ausência de doença, mas envolve fatores sociais, econômicos, ambientais e culturais. Considerando esse marco legal e os fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), assinale a alternativa que expressa corretamente o conceito ampliado de saúde previsto na legislação brasileira.
- A) A saúde tem como fatores determinantes condições biológicas, genéticas e hereditárias que se destacam frente às expressões da questão social que são definidas na organização social e econômica do país.
  - B) A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do país.
  - C) A saúde e o bem-estar são associados à alimentação, à moradia, ao saneamento básico, ao meio ambiente, ao trabalho, à renda, à educação, ao transporte, ao lazer e ao acesso aos bens e serviços essenciais; desses fatores independem os níveis de saúde da população e a organização social e econômica do país.
  - D) A saúde, o bem-estar e a qualidade de vida são conceitos associados à alimentação, à moradia, ao saneamento básico e ao lazer; mas esses fatores são minimizados como fatores determinantes, frente às condições biológicas, genéticas e hereditárias que se destacam perante os níveis de saúde da população e a organização social e econômica do país.
  - E) A saúde tem como fatores determinantes condições biológicas, genéticas e hereditárias, que se sobressaem a outros, como a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda e o acesso aos bens e serviços essenciais — dos quais independem os níveis de saúde da população expressos na organização social e econômica do país.

39. No exercício cotidiano da profissão, o(a) Assistente Social atua pautado(a) em princípios éticos-políticos que orientam suas relações com os/as usuários/as. Nesse sentido, o trabalho dos Assistentes Sociais também é permeado por deveres que garantem o respeito à dignidade, à autonomia e aos direitos sociais dos sujeitos atendidos(as), sendo fundamentais para a prática profissional comprometida com a justiça social. Com base no Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), identifique quais são os deveres do(a) Assistente Social em suas relações com os/as usuários/as.
- A) Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional.
  - B) Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos/às usuários/as, publicizando no sentido de que possam ser usadas para o fortalecimento dos seus interesses pessoais e políticos.
  - C) Contribuir para a criação de mecanismos que venham burocratizar a relação com os/as usuários/as, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados.
  - D) Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional como um dos mecanismos indispensáveis à tutela dos/as usuários/as;
  - E) Exercer sua autoridade de maneira a limitar ou cercear o direito do/a usuário/a de participar e decidir livremente sobre seus interesses.
40. A Lei nº 14.914/2024, que institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tem como finalidade garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições federais de ensino. Entre os programas previstos por essa política, destacam-se:
- A) Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência para pessoas com deficiência (PBP/PcD); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); e Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes e pais (PAS).
  - B) Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência (PBP); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas e Laboratórios (PAB); e Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes e pais (PAS).
  - C) Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência (PBP); Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB); e Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS).
  - D) Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa de Bolsa Permanência (PBP); Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); e Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes e comunidade (PAS).
  - E) Programa de Assistência Estudantil (PAE); Programa Estudantil de Moradia (PEM); Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate); e Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes e pais (PAS).
41. Conforme a Lei nº 14.912/2024, o Programa de Assistência Estudantil (PAE) é destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais das instituições federais de ensino superior e da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. O programa desenvolve ações voltadas para garantir o acesso, a permanência e o êxito desses estudantes na educação, promovendo a inclusão social e a equidade educacional. Com base na Lei nº 14.912/2024, assinale a alternativa que apresenta corretamente as ações do Programa de Assistência Estudantil (PAE):
- A) moradia estudantil; alimentação; transporte; e apoio pedagógico.
  - B) moradia estudantil; alimentação escolar; e inclusão digital da família.
  - C) moradia estudantil; alimentação saudável; e atenção à saúde da família.
  - D) moradia estudantil; alimentação; transporte; e apoio psicológico.
  - E) moradia estudantil; alimentação; transporte; e acompanhamento social.

42. No Brasil, a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos sociais exige mecanismos que promovam a justiça distributiva e a sustentabilidade financeira de suas ações. Para isso, essas políticas adotam diretrizes que asseguram a equidade na forma de participação no custeio e a diversidade na base de seu financiamento. A política pública descrita é
- A) a Educação.
  - B) a Cultura.
  - C) o controle social.
  - D) o sistema de cotas.
  - E) a Seguridade Social.
43. Integrante do tripé da Seguridade Social, a política de saúde foi fortalecida pelas proposições do movimento da Reforma Sanitária, que ampliou as discussões sobre o conceito de saúde e ocorreu no mesmo período histórico do processo de reconceituação do Serviço Social no Brasil — ambos comprometidos com transformações sociais em direção à justiça social e à equidade. Esses princípios estão previstos na Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) e reafirmados no Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993). Com base nesses marcos legais e éticos, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos fundamentos do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei nº 8.080/1990 (LOS).
- A) Universalidade de acesso prioritário da atenção básica.
  - B) Democratização do acesso e a universalidade do direito à saúde, privilegiando a classe trabalhadora.
  - C) Universalidade de acesso com prioridade da média complexidade.
  - D) Democratização do acesso e a universalidade do direito à saúde.
  - E) Redemocratização do acesso e a universalidade do direito à saúde.
44. A configuração dos padrões de proteção social e das políticas sociais constitui resposta — e estratégia de enfrentamento — às múltiplas expressões da questão social no
- A) capitalismo.
  - B) liberalismo tardio.
  - C) processo de reestruturação produtiva.
  - D) processo de financeirização do capital.
  - E) pauperismo.
45. A crise contemporânea do capitalismo, segundo a teoria marxista, está condicionada por determinantes estruturais que impactam a produção, a economia e a organização social. Considerando os referenciais teóricos do Serviço Social relacionados com a teoria marxista, assinale a alternativa que apresenta corretamente os principais determinantes dessa crise.
- A) As contradições da atualidade como as políticas de austeridade e bem-estar social.
  - B) O acúmulo de mercadorias e o equilíbrio na produção e reprodução social.
  - C) A precarização das relações de poder e o aumento da desigualdade social.
  - D) O acúmulo de mercadorias, a especulação financeira e a ampliação da proteção social.
  - E) As transformações na produção capitalista e as mudanças societárias em curso.

46. A atuação do(a) Assistente Social na área da educação está inserida no projeto ético-político do Serviço Social, que visa a promover o acesso aos direitos sociais e fortalecer práticas democráticas nas instituições educativas. Essa atuação deve reconhecer que a instrumentalidade profissional não é neutra, mas orientada por valores e compromissos éticos que influenciam diretamente as práticas do Serviço Social. Considerando esse contexto, a atuação do Serviço Social na educação deve
- A) utilizar as técnicas do Serviço Social de caso, de grupo e comunidade nas intervenções.
  - B) utilizar os instrumentos e técnicas alinhados aos interesses políticos da gestão escolar.
  - C) aplicar atividades administrativas do Serviço Social para limitar o acesso aos benefícios.
  - D) utilizar os instrumentos e técnicas do Serviço Social, viabilizando o acesso aos direitos e à construção de práticas democráticas.
  - E) aplicar instrumentos como entrevistas e pareceres técnicos do Serviço Social vinculados a seus interesses políticos
47. As demandas e requisições sociais enfrentadas pela profissão de Assistente Social na contemporaneidade refletem tensões entre o direcionamento socialmente condicionado que o profissional busca imprimir ao seu trabalho, alinhado a um projeto coletivo, e as exigências impostas pelos empregadores. Nesse contexto, o Assistente Social enfrenta no seu cotidiano profissional uma tensão entre
- A) a produção e a desigualdade.
  - B) a produção e o consumo.
  - C) o projeto ético-político e a alienação do trabalho.
  - D) as relações sociais e a desigualdade.
  - E) as relações sociais entre as classes e os sujeitos que as constituem.
48. A questão social condensa o conjunto das desigualdades e lutas sociais produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais, alcançando plenitude de suas expressões na contemporaneidade, o que é chamado de “tempos de capital fetiche”. Nesse sentido, compreende-se que,
- A) a questão social expressa, portanto, desigualdades historicamente construídas na política, economia e cultura das classes sociais, marcadas por disparidades nas relações humanas de dominação social.
  - B) a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas pela conformidade na redistribuição da riqueza socialmente produzida.
  - C) a nova questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes subalternas, em analogia às questões de gênero, raça e dominação cultural.
  - D) a questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais.
  - E) a nova questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas pelas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais,
49. De acordo com a Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão de Assistente Social, a elaboração do relatório social, da perícia social, do estudo social, da entrevista social e do parecer social constitui atribuição privativa do/a Assistente Social. O documento que tem como finalidade conhecer e interpretar a realidade social em que está inserido o objeto da ação profissional, ou seja, a expressão da questão social ou a situação que motiva a intervenção, é a(o)
- A) perícia social.
  - B) estudo social.
  - C) relatório social.
  - D) parecer social.
  - E) entrevista social.

50. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência (PNAISPD), atualizada pela Portaria GM/MS nº 1.526/2023, tem como objetivo a promoção, proteção e recuperação da saúde da pessoa com deficiência, em conformidade com os princípios da equidade e da integralidade. Essa política está fundamentada na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006). Nesse contexto, considera-se pessoa com deficiência
- A) pessoa com impedimento permanente ou temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - B) pessoa com impedimento permanente de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - C) pessoa com impedimento de longo prazo e ou temporário de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - D) pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação parcial e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
  - E) pessoa com impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, pode dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

